

Há Riscos Ambientais no Mercosul

Evaristo Eduardo de Miranda

Quais serão os impactos ambientais da implantação do Mercado Comum do Sul o Mercosul.

Ofuscados pelas conseqüências econômicas desse importante passo de integração regional, os países participantes esqueceram-se de avaliar seu provável impacto ambiental. Seria esse novo mercado uma ameaça para o meio ambiente? Estudos realizados pelo Núcleo de Monitoramento Ambiental (NMA), da Embrapa, tendem a indicar que o Mercosul poderá ser um péssimo negócio para a natureza.

Assinado em março de 1991, o Mercosul está sendo implantado em ritmo acelerado e deverá estar definitivamente concluído até o final de 1994. Ele promoverá um enorme espaço econômico comum entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai e estimulará a complementação de setores específicos da economia de cada um dos países, ampliando a eficiência e a escala de suas atividades produtivas.

Acostumada a tratados mais declaratórios do que efetivos, a opinião pública dos países-membros observa passivamente sua instalação, com exceção do Uruguai. Ali, o Mercosul é objeto de chamadas a cada hora na televisão: "Uma janela para o futuro!" Trata-se de assunto tão popularizado que se pode discuti-lo com qualquer motorista de táxi de Montevidéu.

Entusiasmo à parte, dos quase US\$ 50 bilhões que representa o Mercosul, Brasil e Argentina respondem por 93% desse total. Hoje, das exportações argentinas para o Brasil, cerca de 60% são produtos agropecuários. Do Brasil para a Argentina, a agricultura representa menos de 8% das exportações. O Mercosul é um grande negócio para o setor industrial e urbano brasileiro.

Para o consumidor brasileiro, o Mercosul também é uma ótima notícia. Haverá expansão comprovada em vários ramos da indústria, crescimento do emprego e uma queda relativa nos preços de determinados produtos, sobretudo na área de alimentos, onde aumentará a oferta e a qualidade. O trigo, a lã, o leite, os queijos e o vinho argentinos, por exem-

plo, ganham dos nossos em qualidade e preço.

Isso provocará a expansão e a redução de determinados tipos de agricultura. Essas alterações no uso tradicional das terras acarretarão mudanças ambientais significativas.

É provável que o complexo cerealeiro e leiteiro da Argentina expanda sua área tradicional em direção à pampa seca. A intensificação da pecuária nessa região trará graves problemas ambientais, podendo-se assistir até fenômenos de desertificação.

Complexos hortigranjeiros, hoje inexistentes na província uruguia de Colônia, estão sendo projetados para o abastecimento de Buenos Aires. Novas bacias leiteiras estão sendo planejadas na fronteira com o Brasil. As conseqüências ambientais desses projetos, são inéditos nessas regiões em termos de erosão e contaminação de solos e água. Notadamente porque se trata da bacia do rio Uruguai, onde os problemas de uso inadequado das terras já são críticos e a disputa pela água do rio Quaraí tem levado a conflitos armados entre agricultores e em torno da nossa fronteira.

Por outro lado, a redução da agricultura pode ser tão nociva ao meio ambiente quanto sua expansão. Estudos preliminares do NMA mostram que a agricultura familiar do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, sobretudo nas regiões serranas, deverá sofrer um impacto muito forte com a abertura dos mercados.

Esses pequenos agricultores, que produzem um pouco de trigo, de frutas de clima temperado, de uva para vinho e de pecuária de leite, tenderão a ser eliminados. A substituição de culturas perenes tradicionais, que protegem o solo em áreas montanhosas, deverá ocorrer em favor de culturas anuais. Também com conseqüências ambientais negativas: um blend de erosão e pobreza.

A reconversão dos agricultores e de regiões inteiras está na pauta de vários governos, a exemplo do que aconteceu na Europa com a implantação do Mercado

Comum.

Mas ele deveria contemplar a questão ambiental através de instrumentos de planejamento e ordenação territorial. Mudanças no uso das terras, regressões e expansões progressivas da agricultura deveriam ter seus impactos ambientais monitorados por programas nacionais e multinacionais. A troca de informações deveria ser ampliada, no campo ambiental, entre as instituições governamentais e não governamentais, sobretudo na Bacia do Prata e nas áreas de fronteira agrícola do Paraguai e o Centro-oeste brasileiro.

Grupos de trabalho do governo na área de agricultura estão começando a delinear estratégias para minimizar impactos sócio-econômicos negativos do Mercosul. Quanto aos ambientais parece que ninguém sequer pensou que possam existir.

Mas no Brasil, às vezes é preferível o silêncio do que ouvir alguém pedir um Rima do Mercosul. Seguindo a velha tradição nacional, parece que será melhor remediar que prevenir. Tomara não cheguemos na fase de ações paliativas para problemas ambientais que se tornarão, sem necessidade, crônicos e permanentes. Quase tudo, em termos de impactos negativos, pode ser evitado a tempo no Mercosul.

Mais que isso. O Mercosul é uma oportunidade para que toda a Bacia do Paraná, Paraguai e o Rio da Prata possa ser planejada - em conjunto - em termos de meio ambiente, a exemplo do que já se faz no campo energético. As legislações ambientais, os padrões de qualidade dos alimentos e o uso de insumos - como anabolizantes e pesticidas - poderão ser baseados no que cada país tem de melhor nesse campo. Urge um planejamento que se traduza em ordenação territorial concertada entre os países-membros e acompanhada por uma rede específica de informação e monitoramento ambiental.

A Bacia do Prata pode ser um excelente ponto de partida. Basta começar.

Evaristo Eduardo de Miranda é Doutor em Ecologia, professor da USP, pesquisador do NMA/ EMBRAPA e presidente da ECOFORÇA.

ECO - RIO

42



ECO-RIO: A Revista Brasileira de Informações Ambientais, n. 15, 1994. (1994)

p. 42.